

JUDICIÁRIO

Mesmo na 2ª Turma, Fux quer julgar os golpistas

Apesar dos votos vencidos, ministro se proporia a participar das análises que restam

» VANILSON OLIVEIRA

O presidente do Supremo Tribunal Federal, ministro Edson Fachin, autorizou, ontem, a transferência do ministro Luiz Fux da Primeira para a Segunda Turma da Corte. Ele assume a vaga do ministro Luís Roberto Barroso, que antecipou a aposentadoria. A decisão foi oficializada em despacho que cita o artigo 19 do Regimento Interno do STF, segundo o qual magistrados podem se transferir para outro colegiado quando há vaga disponível.

Mesmo fora da Primeira Turma, Fux manifestou o desejo de continuar participando dos julgamentos pautados para o colegiado, pois, conforme afirmou, a intenção é contribuir com as decisões que estão em andamento. No entanto, a decisão depende de Fachin, que ainda não se pronunciou sobre essa possibilidade.

O jurista Aroldo Oliveira, coordenador jurídico da BMJ Consultores Associados, observa que o pedido de Fux para seguir participando de julgamentos da Primeira Turma não tem previsão no regimento do Supremo, mas que poderia ser negociado entre ele e Fachin. “Seria uma benesse para poder suprir uma lacuna do regimento interno do STF, mas nada disso está previsto”, analisou.

Nos bastidores do STF, tem se comentado a possibilidade de Fux levar para a Segunda Turma alguns dos processos relacionados a Bolsonaro — onde, supostamente, encontraria ambiente mais favorável. O colegiado conta com dois ministros indicados pelo ex-presidente, Kássio Nunes Marques e André

Luiz Silveira/SCO/STF



Nos julgamentos daqueles que tentaram dar um golpe de Estado no país, ministro tem ficado isolado

Mendonça. A manobra, porém, dependeria de aprovação no plenário da Casa.

“Preventa”

Há quem considere que a Primeira Turma é “preventa”, ou seja, todas as ações que se relacionam à trama golpista têm de, necessariamente, ser a ela encaminhadas. Outros consideram que tal entendimento não é automaticamente aplicável.

Conforme registra Fachin no despacho, “diante da ausência de manifestação de interesse de integrante mais antigo, concedo a solicitada transferência para a Segunda Turma”. A mudança passa a

valer a partir da próxima semana e, com a transferência, o colegiado contará com os ministros Fux, Nunes Marques, Mendonça, além de Gilmar Mendes (presidente) e Dias Toffoli.

A mudança de Fux vem depois das condenações dos integrantes do “núcleo crucial” da trama golpista e do “núcleo de desinformação”, concluído na terça-feira. Nos dois casos, o ministro foi voto vencido ao absolver quase todos os acusados — a exceção foi o tenente-coronel do Exército Mauro Cid, que delatou o esquema para tentar manter o ex-presidente no poder depois da derrota nas eleições presidenciais de 2022.

Fux tem ficado isolado dos demais ministros, que têm acompanhado os relatórios de Alexandre de Moraes para cada núcleo. No julgamento do “núcleo crucial”, chamou a atenção o voto de mais de 12 horas do ministro, considerado nos bastidores do STF confuso e contraditório. Na manifestação que absolveu Bolsonaro e cinco militares, Fux disse que tinha dado “centenas de votos para condenar réus do 8 de Janeiro” e que cometeu “injustiças”.

Entre os processos dos golpistas que permanecem na Primeira Turma, estão os dos núcleos 3 (com 10 réus e marcado para 11 de novembro) e 2, com seis envolvidos, que ocorrerá a partir de 9 de dezembro.

Acórdão do “núcleo crucial” é publicado

» FABIO GRECCHI
» ALINE GOUVEIA

O Supremo Tribunal Federal publicou, ontem, o acórdão da decisão que condenou o ex-presidente Jair Bolsonaro e mais sete réus por tentativa de golpe de Estado. O documento tem 1991 páginas, reúne todos os votos dos ministros da Primeira Turma do STF e serve como base para os recursos das defesas — que terão cinco dias para apresentarem as manifestações, a contar de hoje.

Os embargos de declaração não têm potencial para reverter

as condenações, mas, a partir de explicações pontuais, pode haver, por exemplo, ajuste nas penas fixadas. O chamado “núcleo crucial” foi condenado em 11 de setembro, com o voto discordante do ministro Luiz Fux — que pediu somente a condenação do tenente-coronel do Exército Mauro Cid, delator do esquema encabeçado por Bolsonaro. Ele também considerou que o julgamento deveria ser anulado por não ser o STF o foro adequado. Apesar de essa questão estar superada, pediu para que a ação fosse levada ao Plenário da Corte.

Depois do julgamento dos embargos de declaração, o STF poderá autorizar o início do cumprimento da pena e a expectativa dos ministros é que isso seja feito ainda neste ano. Bolsonaro foi condenado a 27 anos e três meses de pena privativa de liberdade, sendo 24 anos e nove meses de reclusão, período que deve ser cumprido inicialmente em regime fechado, cabendo a progressão da pena para o regime semiaberto.

Os militares condenados a mais de dois anos de pena serão processados no Superior Tribunal Militar (STM), que analisará a perda

de patente dos condenados. Entre os réus militares, da ativa ou da reserva, Mauro Cid teve a pena fixada em dois anos em regime aberto, conforme previsão do acordo de delação. Por essa razão, não será processado no STM.

O ofício ao Superior Tribunal Militar ocorre após o trânsito em julgado. Serão alvos do processo, além de Bolsonaro — que passou à reserva como capitão do Exército — os réus almirante Almir Garnier, da ativa, e os generais Paulo Sérgio Nogueira, Walter Braga Netto e Augusto Heleno, da reserva.

Messias faz veemente defesa do STF

» LUANA PATRIOLINO

Considerado favorito para ocupar a cadeira deixada pelo ministro Luís Roberto Barroso, no Supremo Tribunal Federal, o advogado-geral da União, Jorge Messias, fez uma série de elogios ao ordenamento da Corte. Ao participar, ontem, do XXVIII Congresso Internacional de Direito Constitucional, no IDP, em Brasília, ressaltou que o STF se adaptou às transformações da sociedade com protagonismo e “sofisticação das suas técnicas de decisão”.

Segundo Messias, as mudanças sociais, tecnológicas e ambientais do século 21 impuseram novas lições entre princípios constitucionais, exigindo do direito respostas mais dinâmicas. Ele enalteceu o Supremo nesse universo de constantes transformações.

“Me refiro, com muito orgulho, que o constitucionalismo brasileiro amadureceu o suficiente para reconhecer que a força normativa da Constituição não se realiza por si própria, mas por meio dos Poderes da República. E o nosso Supremo Tribunal Federal encontra-se eficiente nesse contexto, não apenas pelo seu protagonismo — que historicamente exerce —, mas, também, pela sofisticação das suas técnicas de decisão e pela capacidade de adaptar-se aos desafios estruturais do Estado

contemporâneo”, frisou.

O evento contou com nomes de peso do cenário jurídico, como acadêmicos e autoridades públicas, com objetivo de pautar e discutir os temas mais relevantes para o cenário atual do direito constitucional. Messias também elogiou o mecanismo de repercussão geral — ou seja, quando os ministros selecionam um processo para que seu desfecho sirva de parâmetro para todos os casos semelhantes, unificando o entendimento da Justiça brasileira sobre um determinado tema.

“Tudo isso reforça a ideia de criar uma aproximação dogmática, muito clara, entre o controle difuso e concentrado de funcionalidade. Trata-se, portanto, de uma tendência de objetivação. O Supremo, ao julgar recursos com repercussão geral, atua como verdadeira Corte constitucional, produzindo decisões que transcendem o caso completo e assumem função normativa geral. Essa evolução permite ao STF desempenhar, com mais coerência, o papel de guardião da Constituição, evitando, assim, julgamentos contraditórios e assegurando isolamento”, observou.

Confiança

O favoritismo atribuído a Messias na corrida pela sucessão de Barroso deve-se à confiança que

Pedro Mesquita/CB/D.A. Press



Advogado-geral elogiou as “técnicas de decisão” do Supremo

desfrutou do presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Além disso, é evangélico, algo que se traduziria como um aceno ao segmento, majoritariamente apoiador do bolsonarismo. Inclusive, na semana passada, Lula lamentou que a esquerda não consiga conversar com os evangélicos.

Messias tem como principal adversário o senador Rodrigo Pacheco (PSD-MG), cuja indicação é apadrinhada pelo senador Davi Alcolumbre (União-AP). Na semana passada, a força do presidente do

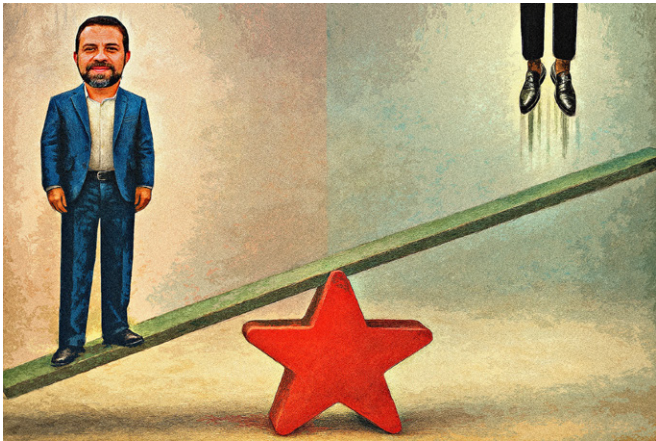
Congresso foi fundamental para que o Palácio do Planalto não tivesse duas derrotas severas: uma, ao adiar a sessão conjunta de Câmara e Senado que analisaria a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e os vetos presidenciais à lei oriunda do chamado “Pl. da Devastação” — que facilita licenciamentos ambientais; outra, ao derrotar o pedido de convocação de José Ferreira da Silva, o Frei Chico, pela CPMI do INSS — ele é vice-presidente do Sindicato dos Aposentados e Pensionistas (Sindnapi).

NAS ENTRELINHAS

Por Luiz Carlos Azedo



luizazedo.df@dabr.com.br



Nomeação de Boulos estressa o centro e isola aliados de Lula

A nomeação de Guilherme Boulos para a Secretaria-Geral da Presidência da República alterou a correlação de forças entre o governo e o centro político no Congresso. O presidente Luiz Inácio Lula da Silva sinaliza o reforço do campo progressista no núcleo do poder, mas, ao mesmo tempo, empurra para longe do governo aliados de centro, em especial o MDB, partido que vinha desempenhando papel de pivô na governabilidade.

O desconforto foi imediato. Nos bastidores da legenda, a indicação de Boulos foi considerada um gesto de radicalização ideológica que isola figuras próximas ao Planalto, como o governador do Pará, Helder Barbalho, o senador Renan Calheiros (AL) e o ex-presidente José Sarney, e fortalece os setores do partido que defendem um realinhamento programático independente.

Ontem, o MDB lançou um novo documento de atualização doutrinária elaborado pela Fundação Ulysses Guimarães, sob a condução do deputado Alceu Moreira (RS). Intitulado “Caminhos para o Brasil”, o texto propõe uma refundação centrista, critica os “extremos” e a “política de likes” e reivindica para o partido o papel de “leito do rio” da política brasileira, metáfora usada por Moreira para descrever o centro como o caminho natural do país entre as margens agitadas da polarização.

O documento envolveu mais de 8,5 mil filiados em 46 reuniões, defende eficiência na gestão pública, criação de uma central de governança das estatais e uma política fiscal responsável. Mais do que um manifesto, é um marco da preparação eleitoral da legenda para 2026. Em 2015, sob coordenação do ex-governador Moreira Franco, o MDB lançou um documento que serviu de contraponto à “nova matriz econômica” da então presidente Dilma Rousseff.

O texto embolou a campanha do impeachment e serviu de programa de governo para Michel Temer, que assumiu o poder com o afastamento da petista pela maioria do Congresso. Agora, mais uma vez, o MDB se reposiciona como alternativa de centro reformista, busca se diferenciar tanto do bolsonarismo quanto da esquerda. O presidente do MDB, deputado Baleia Rossi (SP), aproveitou o lançamento para atacar a “política radicalizada e caçadora de likes” e reforçar que o MDB quer “discutir projetos e não pessoas”. Ou seja, o partido pretende recuperar protagonismo programático e ser referência de equilíbrio e moderação.

Não seria nada de novo, não fosse a nomeação de Boulos, que reavivou feridas políticas. O novo secretário-geral da Presidência, agora responsável pela articulação da agenda do governo com os movimentos sociais, foi adversário direto de Ricardo Nunes, prefeito de São Paulo e aliado de Baleia, e é visto com desconfiança por prefeitos e governadores emedebistas.

Para os caciques do MDB, a presença de Boulos no Planalto representa a priorização de uma agenda identitária e de confrontos sociais do tipo “pobres contra ricos”, em detrimento de uma política de coalizão mais ampla. Caso o governador de São Paulo, Tarcísio de Freitas (Republicanos), seja candidato à Presidência, Nunes encabeçaria uma ampla coalizão de centro-direita.

Governabilidade

Entretanto, o governo avalia que fez o movimento necessário para reconectar Lula à base social que o elegeu, reforçar sua legitimidade popular e abrir um canal direto com movimentos urbanos e populares, que estava bloqueado. Reconfigura-se a disputa no Congresso. O governo operava com uma base condicional, sustentada por negociações pontuais com o Centrão e pelo apoio instável do MDB.

Agora, a desconfiança cresce. Baleia Rossi mede o custo de cada voto governista, Helder Barbalho tenta preservar espaço institucional no Norte e Renan Calheiros procura manter o diálogo com o Planalto sem romper com a bancada.

Ao mesmo tempo, o Centrão, liderado por Hugo Motta (Republicanos-PB) na Câmara e Davi Alcolumbre (União-AP) no Senado, eleva o preço do seu apoio ao governo: relatorias, emendas, cargos e controle da pauta. A governabilidade será uma engenharia legislativa muito mais complexa. Como sempre, o MDB busca ser o centro de gravidade. Sua nova plataforma — que evoca Ulysses Guimarães e Tancredo Neves — busca ser um contraponto tanto à esquerda quanto à extrema-direita.

Baleia Rossi tenta dar ao MDB o lugar de “porto seguro” do eleitorado moderado e dos setores empresariais cansados da guerra cultural e da polarização do nós contra eles. O partido aposta em temas como eficiência estatal, reforma administrativa e política de investimentos federativos, ao mesmo tempo em que reivindica transparência e estabilidade fiscal. Em essência, oferece uma narrativa de racionalidade contra o voluntarismo.

As tendências para 2026 já contaminam a pauta de 2025. O MDB trabalha para se apresentar como alternativa de equilíbrio nacional, mirando uma candidatura competitiva à Presidência ou a composição com um projeto de centro ampliado. Baleia Rossi e Michel Temer articulam aproximações com Tarcísio de Freitas, em São Paulo, enquanto mantêm diálogo com segmentos empresariais e conservadores moderados.

O Planalto, por sua vez, aposta na fragmentação do centro para recompor maiorias variáveis e avançar nas pautas econômicas — como a reforma tributária e o novo programa de investimentos. O desafio é duplo. De um lado, precisa mostrar que a presença de Boulos não representa um desvio à esquerda, mas uma ampliação de representatividade. De outro, deve conter o descolamento do centro, sob pena de transformar cada votação em um leilão político.